

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Gabriela Duarte de Assis

**NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE MENINAS NO SISTEMA
SOCIOEDUCATIVO:** reflexões sobre letramento e educação em contextos de
privação de liberdade

Porto Alegre
2024

Gabriela Duarte de Assis

**NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE MENINAS NO SISTEMA
SOCIOEDUCATIVO: reflexões sobre letramento e educação em contextos de
privação de liberdade**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Ferreira Godinho

Porto Alegre
2024

Gabriela Duarte de Assis

**NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE MENINAS NO SISTEMA
SOCIOEDUCATIVO: reflexões sobre letramento e educação em contextos de
privação de liberdade**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia e aprovado em sua forma final obtendo conceito .

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra Ana Claudia Ferreira Godinho.
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra Karine dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr Alex da Silva Vidal

*Para todas as meninas e mulheres
que não tiveram a oportunidade de
narrar a sua história.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família, amigos e colegas pelo apoio nesta longa jornada de formação. Meu companheiro de vida Igor por sempre acreditar no meu potencial e sempre estar disponível a me ajudar. Minha filha Aurora que mesmo sem compreender o que estava acontecendo sempre me motivou a nunca desistir. Minha mãe Sirlei que sempre me ajudou cuidando da minha filha para que eu pudesse me dedicar a escrita deste trabalho.

Agradeço também o ombro amigo dos meus colegas que dividiram essa jornada final de curso simultaneamente comigo, Alana, Amanda, Evelyn, Jennifer, Jéssica, Matheus e Samantha.

Gostaria de agradecer especialmente ao Núcleo Apoio ao Estudante NAE - UFRGS por seu trabalho de aconselhamento e orientação aos alunos e mostrar que mesmo perante as dificuldades é possível.

Agradeço ao corpo docente deste curso por todos os ensinamentos transmitidos ao longo desses anos, gostaria de destacar os professores Karine dos Santos e Maurício Perondi que me apresentaram ao campo da educação social e a importância da pedagoga dentro da socioeducação, ao professor Evandro Alves que me inspirou a ingressar na Educação de Jovens e Adultos.

Agradeço à minha orientadora Ana Cláudia Ferreira Godinho que me acolheu da melhor forma possível e sempre esteve presente me auxiliando na construção desta pesquisa, a professora Karine dos Santos e Alex Vidal por aceitarem compor a banca.

E para concluir agradeço todos os funcionários técnicos e terceirizados da Faculdade de Educação da UFRGS.

E quando as palavras das mulheres clamam por serem ouvidas, cada uma de nós deve reconhecer sua responsabilidade de tirar essas palavras para fora, lê-las, compartilhá-las e examiná-las em sua pertinência à vida. Não nos escondamos detrás das falsas separações que nos impuseram e que tão seguidamente as aceitamos como nossas. (Audre Lorde)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo responder a questão “o que as meninas em cumprimento de medidas socioeducativas escrevem.” Tendo como objetivos compreender as temáticas abordadas em narrativas autobiográficas escritas em oficinas de leitura e escrita, conhecer as trajetórias de vida das autoras e identificar temas em comum entre os escritos destas adolescentes. O material empírico desta pesquisa é a coletânea de livros *Virando a Página*, publicações produzidas pelo TRF4 entre os anos de 2011 e 2016. Esta pesquisa é qualitativa e tem o caráter documental e bibliográfico. A análise de dados (Bardin) está dividida em 3 etapas: Pré-análise dos documentos; Exploração dos materiais; Inferência e interpretação. Apresenta como principais autores no referencial teórico: Candido (2004), Freire (2011), hooks (2020), Perrot (2007) Godinho e Julião (2022). Durante a composição desta pesquisa alguns aspectos se destacaram como a evasão escolar, a centralidade do amor romântico, a negligência do estado e das famílias na proteção da infância. Com este estudo, busca-se contribuir para ampliar os debates acadêmicos sobre as particularidades enfrentadas pelas adolescentes no sistema socioeducativo, especialmente sob a perspectiva de gênero.

Palavras-chave: educação em contexto de privação de liberdade; narrativas autobiográficas; relações de gênero; sistema socioeducativo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Livros publicados no projeto Virando a Página	15
Quadro 2 – Gêneros textuais dos textos selecionados	16
Quadro 3 – Temas categorizados presentes nos textos	17

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. METODOLOGIA.....	13
1.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 ESCRITA FEMININA.....	21
2.2 O ACESSO À LEITURA E ESCRITA POR PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE.....	26
3. A ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA DE MENINAS NO PROJETO VIRANDO A PÁGINA.....	34
3.1 Contexto das condições de escrita: o sistema socioeducativo.....	34
3.2. A escrita no projeto Virando a Página.....	37
3.3 As autoras e as trajetórias de vida narradas em seus textos.....	39
3.3.1 BIOGRAFIA - DADY MARLEY.....	39
3.3.2. MINHA HISTÓRIA DE VIDA - SHERON IGNÁCIO.....	42
3.3.3 A DOR E A SAUDADE - JESSICA FERNANDA.....	44
3.3.4 Os Entrelaces.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

A escolha da temática socioeducação para este trabalho de pesquisa partiu de algumas inquietações que fui recolhendo ao longo da minha jornada como estudante de pedagogia. Minha aproximação com a temática da socioeducação se iniciou no Estágio Docente I no curso de licenciatura em Pedagogia que ocorreu em 2021, após escolher dentre as opções que são oferecidas eu optei pelo campo da Educação Social. No estágio desenvolvi minhas atividades no Fio-da-Meada, um projeto que integra o Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação (CIESS) da Faculdade de Educação (FACED). A composição das atividades do estágio era ministrar oficinas de produção artesanal de cadernos com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ofertado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Sempre me chamou a atenção o fato de não ter ocorrido nenhuma oficina com a participação de meninas que estivessem cumprindo alguma medida socioeducativa. Quando olhamos para as estatísticas da presença de meninas no sistema socioeducativo através do Levantamento Anual do SINASE de 2017, apesar das mulheres representarem 51,5% do total da população brasileira, no sistema socioeducativo os adolescentes do sexo masculino representam 96% do total.

Após um tempo entrei em uma bolsa de iniciação científica cujo a pesquisa tem o foco em projetos de educação e letramento em espaços de privação de liberdade. Nesta experiência como bolsista despertou meu interesse em conhecer as práticas de leitura e escrita de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Assim, cheguei ao projeto “Virando a Página”. Trata-se de um projeto criado pelo Programa de Educação pelo Trabalho (PET) no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e encerrado em 2019, que desenvolvia atividades de leitura e escrita autobiográfica com adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação e trabalhavam no TRF4 ou no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Anualmente, publicava-se uma coletânea com os textos escritos

pelos adolescentes naquela edição do projeto, conforme consta em uma das publicações:

As ações do programa, voltado aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, visam propiciar o desenvolvimento de novas atitudes e habilidades; o incentivo à busca de informação e construção do conhecimento; a percepção da necessidade de adequação; a distinção das formas de relacionamento nos diferentes espaços pelos quais transita e a tomada de decisão frente às diversas situações da vida pessoal e social. (TELLES, 2015, p. 4)

Ao ler as publicações de 2011 a 2016, pude conhecer diversas histórias contadas por jovens privados de liberdade. Muitos dos textos estão identificados apenas com as iniciais da pessoa que escreveu, pois era da escolha de cada um se gostaria de ser identificado ou não. Ainda assim, foi possível perceber ao longo da leitura - por marcas textuais, como o uso de desinências nominais femininas - que nos primeiros anos do projeto haviam poucas meninas identificadas, o que mudou ao longo dos anos até que, na última edição, em 2016, havia textos de autoria feminina exclusivamente.

A partir dessa leitura percebi a necessidade de aprofundar a pesquisa na perspectiva das escritas das meninas que além de serem uma minoria dentro do sistema socioeducativo são pessoas constantemente invisibilizadas na sociedade por causa do seu gênero. Historicamente mulheres são invisibilizadas, são vistas como personagens secundários, que cuidam da casa e da criação dos filhos, em contrapartida aos homens que são prósperos, tem um lugar de respeito na sociedade e são vistos como provedores do lar. Perrot (2006) destaca a invisibilização e o silêncio sobre as mulheres no discurso histórico, e isto faz parte da ordem estabelecida. É importante ressaltar que essa invisibilização do gênero feminino é atravessado interseccionalmente de forma diferente quando incluímos o marcador classe econômica e de forma mais profunda quando incluímos o marcador de raça.

Dado o contexto apresentado esta pesquisa busca responder a seguinte questão: “O que as meninas em cumprimento de medidas socioeducativas escrevem?” visando trazer para o debate acadêmico as narrações produzidas pelas próprias adolescentes como é apresentado por Eggert, Silva e Della Libera (2022, p. 7-8) “é pensar as experiências que as mulheres vivenciam como modos de contar

suas histórias de vida, aprendizagens esquecidas no mundo da pedagogia.” O objetivo geral será compreender as temáticas abordadas em narrativas autobiográficas escritas pelas meninas nas oficinas de leitura e escrita. Os objetivos específicos serão identificar os temas abordados pelas adolescentes em seus textos, conhecer as trajetórias de vida das autoras e identificar temas em comum entre os escritos destas adolescentes. Esta pesquisa busca contribuir e ampliar os debates acadêmicos acerca das particularidades enfrentadas pelas adolescentes dentro do sistema socioeducativo através da perspectiva de gênero. Buscando responder estas questões este trabalho está dividido em três seções: na primeira será apresentada a metodologia e a revisão bibliográfica onde evidencia a falta de produções acadêmicas dentro desta temática; na segunda a fundamentação teórica apresentando o conceito das escritas femininas e o acesso à leitura e escrita de pessoas privadas de liberdade e na terceira se inicia com uma contextualização sobre o sistema socioeducativo, sobre a escrita no projeto virando a página e por fim os textos selecionados na íntegra com a sua respectiva análise e os entrelaces encontrados.

1. METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo compreender as temáticas abordadas em narrativas autobiográficas escritas pelas meninas nas oficinas de leitura e escrita na FASE/RS através dos textos publicados no livro *Virando a Página*, portanto será uma pesquisa com uma abordagem qualitativa pois busca compreender a relação que um grupo social selecionado tem com a escrita autobiográfica. Na visão de Minayo e Gomes (2007)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...]ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (Minayo e Gomes. 2007. p.21)

Serão utilizados 3 textos selecionados que atendam aos critérios estabelecidos por esta pesquisa como: ser uma narrativa autobiográfica, não seguirem um padrão de formatação semelhante a outros textos ao longo do livro, terem características mais autorais, não apresentarem características de atividades escolarizantes. Estes textos fazem parte de uma série de 6 livros publicados anualmente entre 2011 e 2016 contendo poemas e narrativas autobiográficas. Os textos são assinados por adolescentes¹ que participaram do projeto, cuja dinâmica consistia em encontros periódicos voltados para a leitura de textos literários, debate sobre os temas abordados nestes textos e a escrita de textos literários ou não literários pelos participantes destes encontros.

Trata-se de uma pesquisa documental, que Silva et al (2009) sintetiza como “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (p.5), diante de uma pluralidade de definições, como pesquisa documental, técnica de análise documental, entre outras.

¹ Foi escolhido utilizar o termo adolescente para se referir ao público alvo desta pesquisa utilizando como referência o Estatuto da criança e do adolescente que referencia o sujeito até 12 anos de idade como criança e adolescente o sujeito entre 12 e 18 anos de idade.

A pesquisa documental tem semelhanças com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre elas decorre da natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, isto é, materiais transcritos de publicações disponíveis na forma de livros, jornais, artigos, etc. [...] a pesquisa documental emprega fontes primárias, assim considerando os materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise ou ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa. (Martins, Theóphilo, 2009, p.55)

Dado o objetivo desta pesquisa, um dos critérios de seleção do escopo foi a autoria, ou seja, selecionei para análise somente textos escritos por adolescentes do gênero feminino². De acordo com Martins e Theóphilo:

Esta pesquisa se deu em 2 etapas principais onde primeiramente foi feita a revisão bibliográfica de 2 tópicos que norteiam esta pesquisa: a abordagem do conceito de gênero dentro da socioeducação e as práticas de letramento dos adolescentes privados de liberdade. No segundo momento foi feita a análise de dados que se desdobrará em 3 etapas:

1. Pré-análise dos documentos;
2. Exploração dos materiais;
3. Inferência e interpretação

Na primeira etapa, a pré-análise dos documentos, foi feita uma leitura “flutuante” por cada textos das 6 publicações, momento fundamental para a elaboração de hipóteses e de questões a serem respondidas, como cita Bardin (2011, p. 126) “Pouco a pouco, a leitura vai se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material[...]”

Na segunda etapa se iniciou a exploração dos materiais, neste momento já buscava textos onde fosse possível identificar que foram escritos por adolescentes do gênero feminino. Após fazer este levantamento elaborei o seguinte quadro:

² Foi escolhido usar a expressão genero feminino pois esta expressão engloba jovens cis e transgênero, uma vez que identificar-se como mulher não necessariamente corresponde a heteroidentificação baseada na genitália humana. Nos textos, não há identificação sobre a condição cis ou trans das autoras, mas o fato de assinarem com um nome socialmente reconhecido como feminino ou usarem desinências nominais femininas (no caso de identificarem-se apenas pelas iniciais) indica sua identidade de gênero como mulheres, e esse foi o critério adotado neste estudo para incluí-las como jovens do gênero feminino.

Quadro 1 - Livros publicados no projeto Virando a Página

		AUTORIA	
Ano de publicação	Número total de textos	Gênero feminino	Número total de textos
2011	40	5	18
2012	66	6	10
2013	41	5	12
2014	33	3	5
2015	52	9	35
2016	24	9	24
Total	256	37	104

Fonte: elaborada pelo autor.

Podemos ver que no total foram publicados 256 textos, destes apenas 104 foram escritos por meninas, o que representa 40.62% do total. Uma média baixa, se comparada ao sexto volume, publicado em 2016, dedicado exclusivamente a contar as histórias das meninas, evidenciando que as relações de gênero tiveram uma atenção maior da coordenação do projeto.

A partir desta seleção de textos escritos pelas adolescentes comecei uma nova leitura, neste momento analisei o gênero textual de cada texto e os classifiquei em 3 categorias: poema e narrativa autobiográfica conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 - Gêneros textuais dos textos selecionados

Ano de publicação	Número total de textos	Poema	Narrativa autobiografica
2011	18	6	12
2012	10	0	10
2013	12	0	12
2014	5	3	2
2015	35	16	19
2016	24	8	16

Fonte: elaborada pelo autor.

Podemos perceber que no ano de 2015 por exemplo há 16 ocorrências de poemas, isso se dá pois esta edição está dividida em 4 capítulos e o capítulo de número 3 se chama “Poesia-se”, no texto inicial escrito pela Camila Telles, organizadora do livro e servidora do TRF4, é possível identificar que os adolescentes participantes das oficinas foram apresentados ao formato dos poemas conforme Telles conta “Neste capítulo, o leitor vai encontrar, além de poemas com métricas e rimas típicas do gênero, pensamentos poéticos, divagações do eu-lírico, exaltações românticas e concretismos geniais.” (Telles, 2015, p. 37)

Após fazer a identificação e classificação dos gêneros textuais que mais ocorreram fiz uma nova leitura para identificar as temáticas de cada texto, neste momento há muita variedade mas dá para notar um padrão em algumas edições, podemos pensar que algumas oficinas tinham temáticas específicas e todos que estavam presentes naquele dia escreviam sobre o mesmo tema. Elaborei o quadro a seguir categorizando os textos por temáticas, algumas vezes as categorias podem se interseccionar no mesmo texto.

Quadro 3 - Temas categorizados presentes nos textos

Temática	ANO					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Amor	4	2	3	1	3	2
Família	2	1	6	1	3	2
Ato infracional	0	2	2	0	1	2
Escola	0	1	2	0	0	4
Amizade	2	0	2	0	1	4
Maternidade	1	2	1	0	1	0
Futuro	5	0	1	0	1	3
Sentimentos	1	1	2	1	1	8
História	0	1	4	0	2	2
Ficção	0	0	0	1	0	0
Violência	0	0	1	0	7	1
Sexualidade	0	0	0	0	1	0

Fonte: elaborada pelo autor.

Em 2015 mais uma vez podemos notar que há 7 ocorrências da temática de violência, isto aconteceu pois o capítulo 2 se chama “#EMPODERAASMINA” onde segundo o texto inicial, ele conta apenas com textos escritos por adolescentes do gênero feminino em uma oficina oferecida pela ONG Empoderamento da Mulher, o objetivo desta parceria foi alertar as mulheres sobre os diferentes tipos de violência e abuso de gênero que estão presentes em nossa sociedade, o que refletiu bastante nos textos publicados pois a maioria acaba relatando alguma situação de violência de gênero vivido em suas casas pelas suas mães.

Para a etapa de inferência e interpretação foram selecionados 3 textos considerados “narrativas autobiográfica” e que apresentam a narrativa autobiográfica com temas variados, pois esta pesquisa busca compreender o que as meninas no sistema socioeducativo escrevem e tendo como hipótese a ideia de que as marcas da violência e de negligências do estado podem influenciar no desenvolvimento da adolescência.

1.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo serão apresentadas as produções acadêmicas tendo como recorte temporal 2019 até 2023 em 2 plataformas: LUME e Scielo, utilizando 2 combinações de descritores, “socioeducação AND gênero” e “socioeducação AND letramento”

Na plataforma LUME, Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, utilizando os filtros avançados e pesquisando “Socioeducação AND Gênero” foi encontrado apenas um resultado cujo o título é “Importância de trabalhar educação sexual para estudantes do gênero masculino privados de liberdade.” Quando utilizando os descritores “socioeducação AND letramento” também encontramos apenas um resultado cujo título é “O teatro com adolescentes como possibilidade pedagógica de letramento histórico para o enfrentamento de negacionismos e neofascismo”.

Na plataforma Scielo, utilizando os filtros avançados e pesquisando “Socioeducação AND Gênero” também foi encontrado apenas um resultado cujo título é “Engajamento com o Trabalho e Exaustão Emocional de Profissionais da Socioeducação”. Quando utilizando os descritores “socioeducação AND letramento” não aparece nenhum resultado.

Analisando as produções encontradas podemos ver que a monografia intitulada “Importância de trabalhar educação sexual para estudantes do gênero masculino privados de liberdade.” aborda apenas as vivências de adolescentes do gênero masculino no meio socioeducativo dentro da questão de educação sexual, partindo de uma hipótese que mulheres têm o hábito de cuidar mais de sua saúde, frequentando mais consultas médicas e assim tendo mais conhecimento sobre educação sexual o que entendemos que no meio socioeducativo isso pode não representar a realidade onde um número significativo de meninas já se tornaram mães durante a adolescência.

Na dissertação intitulada “O teatro com adolescentes como possibilidade pedagógica de letramento histórico para o enfrentamento de negacionismos e neofascismo” aborda o teatro como uma potência de letramento para adolescentes no contexto de sociedade das plataformas, apesar da proximidade lexical dos termos em nada tem a ver com os descritores utilizados.

No artigo encontrado no Scielo intitulado “Engajamento com o Trabalho e Exaustão Emocional de Profissionais da Socioeducação” não foi encontrada nenhuma menção a palavra “gênero” dentro do texto.

Quando refaço as pesquisas nas mesmas plataformas mas utilizando apenas o descritor “socioeducação” e utilizando o mesmo período de 5 anos, na plataforma Lume são encontrados 181 resultados e na plataforma Scielo são encontrados 14 resultados mostrando que apesar de ter muitas produções acadêmicas dentro da temática socioeducação os estudos não levam em consideração as diferenças de gênero que essa população carrega, promovendo estudos focados apenas no gênero masculino ou igualando as experiências sem distinção de gênero, assim deixando de abordar vivências que somente mulheres podem viver.

Utilizar dados que mostram que o número de meninas no sistema socioeducativo é inferior ao de meninos é invisibilizar as experiências de vida das mulheres. Consultando os dados estatísticos disponíveis no site da FASE/RS no mês de novembro de 2023 dos 123 adolescentes institucionalizados nos Centros de Internação de Porto Alegre 13 estão no CASEF (centro de atendimento socioeducativo feminino). Estes números podem ser pequenos perante aos números de meninos institucionalizados, mas partindo da percepção que estudar mulheres é um compromisso, dar voz à história das mulheres sem história (Perrot, 2007) é fundamental para entender as condições e dificuldades que elas vivem apenas por serem mulheres e assim poder proporcionar melhores condições para uma população marginalizada e esquecida pela sociedade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão apresentados os autores e autoras que constituem a base teórica deste estudo, desdobrando-se em dois subcapítulos para abordar as escritas femininas e o acesso à leitura e escrita de pessoas privadas de liberdade. Cabe ressaltar que os estudos que abordam as pessoas privadas de liberdade não apresentam o recorte etário apresentado ao longo desta pesquisa, evidenciando uma lacuna na produção acadêmica no campo da leitura e escrita de adolescentes no sistema socioeducativo.

O projeto virando a página promoveu oficinas de leitura e escrita aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, a articulação da leitura de textos literários e o exercício da escrita por estes adolescentes contribui para a garantia do direito à literatura, pois promove o acesso a textos literários e através da mediação fomenta a reflexão e o diálogo entre os adolescentes. Mas a literatura é considerada um direito humano? Direito humano seria aquilo que consideramos indispensável na vida de um sujeito. De modo simplório associamos sempre as necessidades básicas aos recursos mínimos necessários a uma vida digna como alimentação, moradia, mas e o consumo de artes não pode ser fundamental? De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o artigo 27.1 apresenta “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.” (ONU, 1948) A literatura estaria entrelaçada à vida cultural ou às artes? Para Candido (2004) literatura é:

[...]todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (Candido, 2004, p.176)

Esta interpretação sobre o que é literatura é vista com maus olhos pela sociedade dita dominante, que considera literatura apenas aquilo que lhes convém como aponta Freire (2011):

Do ponto de vista autoritariamente elitista, por isso mesmo reacionário, há uma incapacidade quase natural do povão. Incapaz de pensar certo, de abstrair, de conhecer, de criar, eternamente "de

menor”, permanentemente exposto às idéias chamadas exóticas, o povão precisa de ser “defendido”. A sabedoria popular não existe, as manifestações autênticas da cultura do povo não existem, a memória de suas lutas precisa ser esquecida, ou aquelas lutas contadas de maneira diferente; a “proverbal incultura” do povão não permite que ele participe ativamente da reinvenção constante da sua sociedade. Os que pensam assim e assim agem, defendem uma estranha democracia, que será tão mais “pura” e perfeita, segundo eles, quanto menos povo nela participe. “Elitizar” os grupos populares com o desrespeito, obviamente, de sua linguagem e de sua visão de mundo, seria o sonho jamais, me parece, a ser logrado dos que se põem nesta perspectiva. (Freire, 2011, p.20)

Não há como descentralizar a discussão do que é literatura e da forma elitista que ela é tratada. A ideia de que só é uma literatura de verdade aquilo que se aproxima do cânone literário e somente estes livros vão agregar algum valor cultural e principalmente moral, se aproxima muito da ideia que se tinha da Educação de Jovens e Adultos em sua origem no nosso país, onde o governo utilizava de cartilhas que continham as leis vigentes para alfabetizar as pessoas que não haviam frequentado a escola, pois era muito comum fazer a associação de que pessoas menos letradas não teriam conhecimento dos valores morais da sociedade e por isso eram mais propensos a cometer atos infracionais. Para Candido (2004) a literatura, além de um direito universal, se apresenta de diferentes formas para todas pessoas:

Vista desse modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. (Candido, 2004, p.176)

2.1 ESCRITA FEMININA

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel.” (Glória Anzaldúa)

Por muitos anos as mulheres foram impedidas de frequentar a escola, aprender a ler e a escrever e podiam viver apenas um universo feminino escolhido pelo patriarcado, elas eram reduzidas apenas aos afazeres domésticos e a criação dos filhos. A história das mulheres foi por muito tempo contada pelos homens como afirma Perrot (2007) “As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas.” Quando as mulheres passam a compreender seu papel na sociedade para além dos designados pelo patriarcado começam a surgir novas possibilidades dentre elas a escrita, mas somente para as que pertenciam a uma classe social favorecida. Mas sobre o que elas escreviam? Perrot (2007) aponta “Quais foram as vias da escrita para as mulheres nesse mundo proibido? De início, a religião e o imaginário: as vias místicas e literárias; a oração, a meditação, a poesia e o romance.” Para a época poderia ser algo escandaloso mas nos dias de hoje corresponde às expectativas da forma que uma mulher deve se portar perante a sociedade. Ela até pode escrever poemas românticos e heteronormativos, como a sociedade espera, mas nada além disso.

Mesmo vivendo em uma época que compreendemos a necessidade de dar voz para as vivências de todas as pessoas independente do gênero, da raça e da classe é notável a diferença que a literatura produzida por mulheres recebe. Homens não conseguem apreciar produções feitas por mulheres e as tratam de forma inferior ou como se não fosse do mesmo nível cultural que outros homens produzem. Como exemplifica Guimarães em um comparativo do mundo contemporâneo:

“[...]pode ser que tenha havido alguma diferença nas concepções sociais e os preconceitos dirigidos a artistas e às mulheres tenham se transformado, mas ainda é tempo de afirmar o lugar da arte das mulheres que escrevem para viver, para sobreviver, para refletir, para resistir, para experimentar, para inventar.” (Guimarães, p.10, 2014)

As mulheres precisam reafirmar seu espaço a todo momento conforme Tedeschi (2016) afirma “a voz masculina é onnipresente e determina o que deve ser feito em qualquer atividade, ação política ou social.” não é diferente na literatura onde a necessidade de lutar para conquistar seu espaço pode ser duas vezes mais difícil que para um homem. Conforme os dados da 5ª edição do Retratos da Leitura no Brasil que perguntou ao público “Quais são os autores que o(a) sr(a) conhece?” Dentre os 15 mais citados apenas 5 são mulheres, Zibia Gasparetto é a primeira

mulher a aparecer e se encontra na 8ª posição, seguida por Clarice Lispector³, Cecília Meireles, JK Rowling e por último em 15º lugar Agatha Christie. Nesta pesquisa, não foi realizado um comparativo de dados em relação à questão de gênero dos autores, no entanto, é evidente a desvalorização enfrentada pelas autoras brasileiras visto que das 5 citadas apenas 2 são nascidas no Brasil. A invisibilidade, falta de recursos, repressão são alguns dos fatores determinantes para afastar as mulheres da literatura mas de forma subversiva temos muitas autoras que não permitem que sua história seja silenciada como constata Guimarães:

Mesmo com todas as interdições, os silenciamentos e a marginalização no interior dos sistemas literários a que pertencem, as mulheres se rebelam contra o preestabelecido, resistem ao preconceito e escrevem. Por meio de suas obras, testemunham um modo de existir e de estar no mundo, se debruçam sobre matérias que fazem parte do universo feminino e lançam sobre elas um olhar de mulher engajada. A mulher escreve para falar do tempo e da memória, para articular lembrança, esquecimento e imaginação. As mulheres escrevem para atuar na vida cultural, para transigir noções estéticas e históricas fixas. Escrevem para produzir atritos. As mulheres escrevem para refletir sobre o fazer poético, discutindo o processo de criação literária e seus desdobramentos. Para isso, rompem as fronteiras do lar, do mundo privado, e ocupam o espaço público, desnudam as interdições ao feminino, revelam preconceitos, propõem travessias entre a tradição e a modernidade. (Guimarães, p.12, 2014)

Bell Hooks (2020) apresenta no livro *Ensinando Pensamento Crítico* um capítulo inteiro dedicado ao conceito de contar histórias, para a autora a escrita de histórias pessoais era algo distante da academia, pois não havia possibilidades de defender evidências. Compreendemos que estudar as narrativas autobiográficas de mulheres é importante no campo das pesquisas sociais pois só compreenderemos a vida e a história destas mulheres quando elas conseguem se expressar, seja através da escrita ou da oralidade, ninguém poderá descrever esta história da mesma forma. Assim como conta Hooks:

Em vez de supor “penso, logo existo”, gosto de pensar que sou porque a história é. As histórias que conto sobre mim constituem o eu em “eu, como eu me vejo” enquanto narro. Para mim, as histórias conferem à escrita uma intimidade frequentemente ausente quando há apenas teoria pura. (Hooks, 2020, p.90-91)

³ Clarice Lispector, JK Rowling e Agatha Christie são os únicos nomes estrangeiros que aparecem na lista.

Trazendo para a temática desta pesquisa, o exercício da escrita por adolescentes que estão cumprindo uma medida socioeducativa pode mostrar aspectos da vida dessas adolescentes que ninguém nunca teve acesso, como situações de negligência, maus tratos, relações familiares e amorosas. Nas pesquisas da área da educação é fundamental acessar essas vivências para podermos compreender as complexidades em torno das vidas de adolescentes de tão pouca idade vivem no seu dia a dia e que muitas vezes está distante da realidade que vivemos dentro da academia conforme Eggert, Silva e Della Libera apresentam:

O que se passa nos corpos das mulheres provoca outras narrativas, outros modos de apresentar o cotidiano, ainda pouco visibilizado na trama da teorização, no mundo da produção científica autoral. Historicamente, a maior parte das mulheres foi invisibilizada. (EGGERT, SILVA, DELLA LIBERA, 2022, p. 4)

O exercício de escrita produz documentos que podem comprovar situações marcadas em determinada época e que somente a história oral não é capaz de eternizar. Através da escrita dessas narrativas autobiográficas podem surgir histórias que nunca foram narradas em voz alta por algum constrangimento ou por causar dor. Compreender que através da escrita há um processo de cura onde a organização das ideias para ser posta em um papel pode ocasionar reflexões diferentes das que já havia feito em outros momentos, podendo desenvolver novas estratégias de sobrevivência e de enfrentamento ao sofrimento psíquico decorrente do isolamento ou alguma situação traumática vivida anteriormente. Hooks (2020) apresenta a narração de histórias como um processo de cura onde refletir sobre algum trauma vivenciado ao longo da vida e conseguir expressar em palavras aquele acontecimento pode representar um processo terapêutico para ajudar a reunir forças e se constituir novamente.

Porque, ao escrever várias histórias sobre o eu em mim e ao contá-las em livros e em sessões de terapia, meu espírito ferido começou a cicatrizar. O assassinato da alma que sentia quando criança já não era a marca do meu ser; ao contar histórias, entrei em uma zona redentora. Adentrei um mundo de recuperação da alma. Aos poucos, eu pegava os cacos de minha psique e os juntava novamente, criando no processo histórias novas e diferentes — contos libertadores. (Hooks, 2020, p.91-92)

Quando falamos sobre adolescentes que estão em conflito com a lei há um grande estigma criado pela sociedade onde reduz a adolescente ao seu ato

infracional e a descrença sobre o processo de ressocialização, como se a vida da adolescente girasse apenas em torno deste acontecimento e não houvesse uma grande complexidade de sentimentos, aprendizagens e vivências conforme ressalta Eggert, Silva e Della Libera:

As reclusas, prisioneiras no cárcere, têm suas experiências de aprendizagem perpassadas pelo cerceamento do corpo e de seu condicionamento, o que se reflete, também, no reforço de que suas capacidades se limitam às marcas que a acusação feita sobre elas impõe (ladras sabem roubar; poderão fazer outra coisa? é possível que haja transformação?) pelo descrédito, de boa parcela da sociedade, em suas possibilidades para além do crime. (Eggert, Silva, Della Libera, 2022, p. 5)

Quando ampliamos a visão sobre essas adolescentes e buscamos compreender a complexidade de cada uma, percebemos que todos têm histórias para contar mas poucos querem ouvir. Assim como apresenta Chimamanda Ngozi Adichie no livro “O Perigo de uma História Única”:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (Adiche, 2018, p. 16)

Há que considerar que as narrativas analisadas neste estudo foram produzidas por mulheres adolescentes, o que nos exige olhar para as especificidades desta fase da vida. Embora a limitação de tempo de realização de um TCC não permita uma revisão minuciosa dos estudos sobre juventudes, é indispensável abordar alguns aspectos como o apresentado por Vidal (2022):

[...]as medidas socioeducativas apostam, principalmente, em três vias para enfrentar a criminalidade juvenil: a garantia de direitos, a punição centrada na privação ou a restrição de liberdade e a intervenção pedagógica como meio de mudar sua trajetória. (Vidal. 2022. p.75)

Podemos perceber que há uma contradição onde a concepção de formação do sujeito durante a juventude é o ponto chave do cumprimento da medida socioeducativa mas também é cerceada pelo punitivismo dentro da restrição da liberdade, o profissional de educação tem papel fundamental dentro desses locais pois facilmente o teor da intervenção pedagógica é subvertido e como Vidal conta “o sujeito se torna alvo de técnicas disciplinares e controle do corpo, e por outro é

convocado a refletir sobre sua vida e desenvolver um senso crítico sobre o mundo.”
(Vidal. 2022. p.76)

2.2 O ACESSO À LEITURA E ESCRITA POR PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

"Trabalhar a literatura no cárcere é desmontar as estruturas mal construídas e com as peças desmontadas reconstruí-las." (Alex Giorstri)

Godinho e Julião (2022) apresentam a leitura como uma atribuição de sentidos envolvendo “[...]mobilizar saberes, estabelecer relação com outras leituras que fez ao longo da vida, produzir ideias ou emoções e confrontá-las com a sua visão de mundo[...].” assim apontando a necessidade do desenvolvimento da prática de leitura em contexto de privação de liberdade.

Conforme destaca Godinho e Julião (2022) a leitura é uma prática social muito importante na constituição do sujeito:

A leitura como prática social é indissociável dos sujeitos que leem, de suas motivações e do contexto de vida em que realizam a leitura. Na prisão, ler pode significar um contato extramuros, um modo de estabelecer ou manter vínculos de afeto ameaçados pelo isolamento no estabelecimento prisional, assim como de acompanhar a própria situação jurídica e, com base nessas informações, projetar o próprio futuro após o encarceramento. (Godinho, Julião, 2022, p. 144)

Cosson (2006) exemplifica a leitura como uma troca de sentidos onde “[...]os sentidos são resultados de compartilhamento de visões do mundo entre os homens no tempo e no espaço.” (COSSON, 2006, p. 27) este exemplo dialoga com a ideia de Candido (2004) que aponta que não existe pessoa que não pratique o exercício de fabulação:

“E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabetos ou eruditos, como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção à fachada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance.” (Candido, 2004, p. 177)

Recentemente o direito à literatura como um direito humano está ganhando espaço no debate sobre o acesso à educação de pessoas privadas de liberdade,

principalmente no sistema socioeducativo. Apesar de constar na legislação algumas citações sobre o acesso à leitura por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, não são medidas levadas como obrigatoriedade. Em março de 2023 a juíza da 3ª vara do juizado da infância e juventude do Foro Central da comarca de Porto Alegre publicou a resolução nº 01/2023 que apresenta uma argumentação sólida para estabelecer procedimentos e diretrizes para o reconhecimento do direito de antecipação da reavaliação da medida socioeducativa por meio de práticas de incentivo a leitura, não havendo a necessidade de participação de projetos de leitura ou de lista prévia de títulos autorizados. Sendo assim mostrando a importância de constar uma biblioteca com um acervo diversificado e de acesso de todos os adolescentes.

Na legislação PEMSEIS (Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul) são apresentadas as bibliotecas e as salas de leituras:

“Estes espaços assumem um papel importante na promoção do desenvolvimento cultural, do ensino, do estímulo à leitura, bem como ao proporcionar o acesso à informação que é condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania. Por meio do livro e leitura os adolescentes/jovens adultos que se encontram privados de liberdade aprendem de forma mais organizada a sistematizar as informações e os conhecimentos, a olhar com espírito crítico a realidade circundante, a problematizar o mundo, além de interiorizar os seus direitos e deveres como sujeito e como cidadãos. Estes ambientes servem de suporte e reforço, também, à escolarização obrigatória e à profissionalização. Cada unidade de atendimento deve dispor de espaços destinados para este fim, com profissionais capacitados para a mediação de leitura e para a execução dos atendimentos multiculturais, cabendo à instituição garantir a execução desta ação socioeducativa e incentivar as atividades de leitura dos adolescentes/jovens adultos. Os acervos devem ser adequados, atualizados e preservados. A orientação técnica e a supervisão do trabalho serão realizadas pelo técnico bibliotecário.” (PEMSEIS, 2014, p. 45-46)

Conforme apresentado, é colocado em cima da prática de leitura dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas a condição de desenvolvimento da cidadania, como se a leitura devesse cumprir uma função social de muita importância, algo que não fizesse parte da vida destes adolescentes, levando a função da leitura para algo diferente do que está apresentado no documento apresentado pela juíza. Ainda na resolução 01/2023 é apresentado as regras para que a reavaliação da medida seja efetivada como o prazo de 10 a 20

dias para o empréstimo do livro da biblioteca e o prazo máximo de 10 dias após a devolução para a entrega do Relatório de Acompanhamento da Leitura (RAL) que consta as seguintes questões:

Nome completo; Título da obra; Data do empréstimo; a) Poderia resumir em poucas palavras o que o livro mostra/conta? b) Existe alguma ilustração no livro? se sim, o que a(s) ilustração(ões) te mostram? c) Se pudesse modificar o final da história/livro, como seria? d) Qual personagem principal? Como ela é? Consegues imaginar como seria na realidade? e) Tem algo nas personagens que seja parecido contigo, ou muito diferente? o quê? f) A obra lida atingiu tuas expectativas de leitura? Gostaste? Esperava que fosse diferente? g) Por qual motivo escolheste esse livro? h) Gostarias de fazer alguma ilustração sobre o livro? ou rap com uma das personagens? ou escrever uma história em quadrinhos? quem sabe descobres rimas entre palavras-chaves do livro ou com nomes de personagens? (Poder Judiciário. 2023. p. 7-8)

O documento prevê que este RAL seja entregue e analisado pelo terceiro juizado, responsável pela avaliação, de acordo com os seguintes critérios: “Conforme o grau de letramento, alfabetização e escolarização do/da socioeducando/a, a estética textual (legibilidade e organização do relatório), a fidedignidade (autoria) e a clareza do texto (tema e assunto do livro lido).” (Poder Judiciário. 2023. p.8). A validação de duas obras lidas corresponderá a um mês de reavaliação da medida e tendo um limite de quatro RALs entregues.

Após 8 meses, em novembro de 2023, foi publicada uma nova resolução de nº 03/2023 onde revoga as versões anteriores, alegando ter ocorrido uma audiência entre a Coordenação Pedagógica da FASE, a Defensoria Pública Estadual, o Ministério Público, a Consultora Pedagógica Professora Andréa Mattos Zenari e os demais agentes socioeducativos/as responsáveis pela implementação do projeto de leitura nas unidades da FASE em Porto Alegre. Nessa ocasião, algumas questões foram reavaliadas, como o artigo 5º que altera o número de livros para reavaliação da medida: antes, eram dois livros para reavaliar um mês de medida; o documento mais recente aumenta para 4 o número de livros para reavaliar um mês. O artigo 6º também apresenta que um adolescente não poderá ultrapassar o limite máximo de um mês de reavaliação de medida, limitando o teor educativo desta resolução.

Ainda neste documento outras alterações chamam a atenção, como a mudança para dois modelos de RAL⁴: o primeiro deve ser aplicado na primeira

⁴ Até o momento desta escrita os modelos de RAL mencionados na Resolução não estavam disponíveis para acesso.

atividade de leitura do socioeducando; e o segundo, nas demais leituras, conforme consta na redação do artigo 7, inciso 2 detalha a função de cada um dos modelos:

Para a primeira realização da atividade deverá ser utilizado o modelo de RAL nº 01. A partir da segunda participação, o(a) socioeducando(a) poderá elaborar a atividade com o novo modelo de RAL que lhe possibilita maior liberdade de criação (modelo nº 02).” (Tribunal de Justiça. 2023).

A função do segundo modelo está detalhada no artigo 10:

Deverá haver espaço no RAL para outras formas de expressão como, por exemplo, quadrados em branco, ou folhas extras para desenhos, escrita de músicas de preferência do/a adolescente, paródias, poemas, entre outras atividades e expressões artísticas que podem ser relacionadas com a temática da obra lida. (Tribunal de Justiça. 2023)

Podemos perceber que essa nova versão surge com algumas flexibilizações do modelo publicado anteriormente. Como são documentos recentes, e o projeto ainda está em fase de implementação, ainda podem ocorrer novas alterações. Essa sequência de revogações em um curto período de tempo evidencia uma falta de diálogo entre os idealizadores e quem de fato está em contato com os adolescentes promovendo este projeto.

Para abordar a semelhança entre os critérios de avaliação mencionados na Resolução com os adotados no sistema prisional, é necessário contextualizar alguns marcos normativos da garantia do direito à educação pela população privada de liberdade.

No contexto de privação de liberdade do sistema prisional a remição de pena por estudos já consta na lei de execução penal desde 1984 e em 2021 por uma decisão do CNJ foi incluído a remição de pena pela leitura, onde o participante tem um prazo de 30 dias para ler um livro e escrever uma resenha ou um relatório de leitura. Este texto é submetido a uma comissão avaliadora para saber se está de acordo com os critérios necessários e, se aprovado, é encaminhado à Vara de Execução Penal, que valida quatro dias de remição de pena.

De acordo com os pesquisadores da área, um dos problemas dos projetos de remição pela leitura no sistema prisional é o cunho “moralizante” de muitos deles, onde a finalidade acaba sendo ensinar valores morais ao invés de fomentar o hábito da leitura. Assim como Godinho e Julião (2022) tratam em seu livro:

Essas ideias subordinam a leitura de textos literários a um projeto moralizante da população prisional, em que a leitura é dirigida para que sirvam como pretexto para o ensino de um conteúdo, que, no caso da remição de pena pela leitura, seria algo próximo das aulas de moral e cívica do currículo da educação básica durante a ditadura militar. Com o intuito de fazer da leitura um pretexto para ensinar valores morais, justifica-se a preocupação de alguns estados em selecionar quais livros serão benéficos para os detentos e, sendo assim, não permitem que o participante escolha qualquer obra disponível no acervo. (Godinho, Julião, 2022, p.135)

O sistema prisional afirma que as prisões são locais responsáveis pela ressocialização dos indivíduos em conflito com a lei. Como o sistema prisional pode estar preparando o indivíduo para voltar ao convívio social não o permitindo ter autonomia sequer para escolher o livro que gostaria de ler? Associar pessoas privadas de liberdade a pessoas sem valores morais é desconsiderar todas as marcas de desigualdade sociais que encontramos em nosso país, justificar que uma pessoa cometeu um ato infracional por não ter conhecimento das regras morais e que por isso ele precisa ser ensinado é uma opinião de senso comum que não leva em consideração o que pesquisadores da área apresentam. A ideia de um sistema punitivista está cada vez tomando conta da sociedade, associadamente ao avanço do neofascismo, e locais que deveriam ser neutros a essa questão, como o poder judiciário tem se mostrado cada vez mais contaminado por estas ideias. Se tornou exceção encontrar magistrados que se preocupem com a finalidade da ressocialização do sujeito privado de liberdade.

Recentemente o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) publicou a orientação técnica nº 1 04.07.2022 sobre a remição de pena pelas práticas sociais educativas destinada aos juízos de execução, onde reforça a execução da Resolução Nº 391, de 10 de maio de 2021 que estabelece os procedimentos e as diretrizes para o reconhecimento do direito. Nesta orientação técnica aparecem alguns dados interessantes a serem analisados. O item 4 mostra dados alarmantes:

Naquele ano, dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen apontavam que cerca de 3,5% da população prisional obtiveram direito à remição de pena pela leitura, ao passo que 2,3% o alcançaram por meio de outras práticas educativas não escolares e menos de 0,5% o fez pelo esporte. (CNJ, 2022, p. 1-2)

Este mesmo documento utiliza como referência a Lei de Execução Penal de 1996, a Constituição Federal de 1988, tratados internacionais como as Regras de Bangkok, Regras de Nelson Mandela, a LDB (lei de diretrizes e bases da educação)

e a Lei 13.696 de 2018 que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita. No capítulo que apresenta as finalidades é interessante notar que é abordado 5 vezes que o documento que deve ser escrito pelo apenado para comprovar a leitura não deve ter caráter avaliativo. No item 15 e 16 consta:

15. A remição de pena pelas práticas sociais educativas escolares e não escolares considera o número de horas correspondente à efetiva participação da pessoa privada de liberdade nas atividades educacionais, **independentemente de aproveitamento**. 16. Por analogia, a remição de pena pela leitura ocorre em função do número de livros lidos, também **sem depender de quaisquer processos que configurem avaliação ou análise de aproveitamento**. (CNJ, 2022, p. 3)

Chama a atenção a frase “sem depender de quaisquer processos que configurem avaliação ou análise de aproveitamento.”, por ser destacada em negrito, sugerindo a necessidade de que as comissões de validação priorizem este aspecto. Mas na passagem VI chamado “Comissão de Validação: composição e atribuição” é apresentado uma sequência de regras a serem seguidas como é o caso do item 38 que apresenta:

38. A atribuição da comissão consiste em analisar os registros das práticas sociais educativas e manifestar adequação ou inadequação aos parâmetros necessários à remição de pena, considerando as diversidades das pessoas privadas de liberdade, a efetiva participação nas atividades não escolares e, no caso da leitura, o grau de letramento, alfabetização e escolarização da pessoa privada de liberdade na elaboração do relatório, atendo-se aos critérios estabelecidos na Resolução CNJ Nº 391/2021. (CNJ, 2022, p. 7)

Neste trecho fica evidente uma contradição: se a proposta do projeto é, como consta neste próprio documento, “uma vez que o reconhecimento do direito à remição decorre, por analogia *in bonam parten*⁵ às práticas escolares, pela leitura da obra, e não pelo aproveitamento de seu conteúdo.” por que há um manual de critérios a serem analisados pela comissão avaliadora? Ao final deste documento consta o anexo II chamado “Formulário padrão para validação dos relatórios” que apresenta como o relatório deve ser avaliado conforme imagem a seguir:

⁵ Expressão jurídica que significa em benefício do réu.

Figura 1 - Formulário padrão para validação dos relatórios

Anexo II [do Modelo de Portaria] - Formulário padrão para validação dos relatórios

Parte I: Informações institucionais	
Nome do estabelecimento prisional	
Município/Estado	
Diretor/a responsável	
Comarca/Vara de Execução	
Parte II: Informações sobre a leitura	
Nome do/a leitor/a e nº de registro	
Nome do livro	
Data de empréstimo	
Data da devolução	
Parte III: Informações sobre a validação	
O relatório atende ao critério de estética textual (legibilidade e organização)? () SIM () NÃO	
O relatório atende ao critério de fidedignidade (autoria)? () SIM () NÃO	
O relatório atende ao critério de clareza (tema e assunto lido do livro)? () SIM () NÃO	
O relatório habilita o/a leitor/a à remição pela leitura? () SIM () NÃO	
Justifique abaixo os itens assinalados como "não":	
Nome do responsável pela análise do relatório:	
Data da validação:	

Fonte: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2023).

Todo o esforço de leitura, compreensão e de escrita avaliativa de um livro pode garantir, caso aprovado, 4 dias de remição por cada obra lida e ao todo não podendo ultrapassar 12 obras por ano, totalizando no máximo 48 dias de remição por pena, será que é compensador ao sujeito que está privado de liberdade?

Utilizando como exemplo o sistema socioeducativo do Rio Grande do Sul, consultado em novembro de 2023, 87,7% da população está em defasagem escolar. No Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional publicado em 2023 apresenta que 49,49% da população privada de liberdade no Brasil não tem o fundamental completo. Compreendemos que a população privada de liberdade, tanto no prisional como no socioeducativo, é majoritariamente pouco escolarizada. Sendo assim, sistemas avaliativos e projetos de leitura sem apoio de educadores faz o projeto de lei perder o sentido, poucas pessoas conseguem ter o privilégio da fruição da leitura e ainda acessar esse direito, conforme apresenta Julião e Paiva (2014):

Se nem a leitura, nem a educação, podem ser vistas como projeto salvacionista, entretanto, afirma-se que a primeira pode, sim, libertar pela capacidade imaginativa que possibilita e pelo poder de criar situações imaginadas, transportar cada sujeito para novos voos, pela densidade de narrativas e prosas que bons autores produzem, no conjunto de obras literárias à disposição de bons acervos e boas bibliotecas. (JULIÃO, PAIVA. 2014. p. 122)

3. A ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA DE MENINAS NO PROJETO VIRANDO A PÁGINA

Às vezes eu temo escrever. A escrita adentra o medo para que eu não possa escapar de tantas construções coloniais nesse mundo eu sou vista como um corpo que não pode produzir conhecimento como um corpo fora do lugar eu que, enquanto escrevo. Cada palavra escolhida por mim será examinada e, provavelmente, deslegitimada. Então, por que eu escrevo? (Grada Kilomba)

3.1 Contexto das condições de escrita: o sistema socioeducativo

A socioeducação pode ser conceituada como um conjunto de ações formada por profissionais multidisciplinares que visam o desenvolvimento de adolescentes em conflito com a lei. O sistema socioeducativo é orientado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 13 de julho de 1990 e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2006.

O ECA é o documento que apresenta os direitos e deveres de crianças e adolescentes e os afirma como sujeitos em desenvolvimento contínuo, quando encontrados em situação de vulnerabilidade é compromisso da família, da sociedade e do estado prover proteção integral e a defesa dos seus direitos. Quando verificado que um adolescente entre 12 e 18 anos praticou um ato infracional ele é direcionado às autoridades competentes e poderá receber as seguintes medidas de acordo com a gravidade:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional.

Apesar do ECA ter sido um marco histórico no reconhecimento de adolescentes como sujeitos de direitos, ainda havia lacunas no que se dizia a respeito sobre os direitos de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Após 16 anos de ECA e de uma longa articulação de diversos poderes e especialistas da área foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o SINASE, que visa construir parâmetros mais objetivos,

procedimentos mais justos e sempre se fortalecendo pela natureza pedagógica da medida inspirada nos acordos internacionais de direitos das crianças e adolescentes onde o Brasil era um dos principais signatários e grande referência. Conforme consta no texto de apresentação do SINASE:

Com a formulação de tais diretrizes e com o compromisso partilhado a república certamente poderá avançar na garantia dessa ABSOLUTA PRIORIDADE da nação brasileira: a criança e o adolescente. Em especial, criam-se as condições possíveis para que o adolescente em conflito com a lei deixe de ser considerado um problema para ser compreendido como uma prioridade social em nosso país. (VANNUCHI, SILVA, p. 14, 2006)

Para a garantia de direitos absolutos dos adolescentes em conflito com a lei foi construído um sistema de garantia de direitos onde há 4 principais atores: Sistema Educacional, Sistema de Justiça e Segurança Pública, Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a forte articulação destes 4 setores possibilita que os valores norteadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos como liberdade, solidariedade, justiça social, responsabilidade e respeito à diversidade cultural, religiosa, étnicoracial, de gênero e orientação sexual sejam assegurados aos adolescentes conforme consta no SINASE:

No caso dos adolescentes sob medida socioeducativa é necessário, igualmente, que todos esses valores sejam conhecidos e vivenciados durante o atendimento socioeducativo, superando-se práticas ainda corriqueiras que resumem o adolescente ao ato a ele atribuído. Assim, além de garantir acesso aos direitos e às condições dignas de vida, deve-se reconhecê-lo como sujeito pertencente a uma coletividade que também deve compartilhar tais valores. (BRASIL, p. 25, 2006)

No que diz respeito à educação, o SINASE apresenta os Parâmetros Socioeducativos que abordam 8 eixos: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; educação; esporte, cultura e lazer; saúde; abordagem familiar e comunitárias; profissionalização /trabalho/previdência; segurança. O eixo Educação inicia reafirmando o que é apresentado no ECA:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores[...] (BRASIL, p.46, 1990)

Assim como todo adolescente precisa estar matriculado em uma escola o adolescente institucionalizado também precisa frequentar a escola, é seu direito ser direcionado para o nível escolar que lhe for necessário dentro da instituição de internação para os adolescentes em ISPAE (internação sem possibilidade de atividade externa) ou fora da instituição para quem está em ICPAE (internação com possibilidade de atividade externa), mas para além das obrigações escolares consta também a necessidade de “desenvolver os conteúdos escolares, artísticos, culturais e ocupacionais de maneira interdisciplinar no atendimento socioeducativo” (BRASIL, p.59, 2006). De maneira geral, para a construção de um processo socioeducativo é necessário que o adolescente possa acessar atividades culturais, convívio social entre seus pares e o desenvolvimento profissional e pessoal. No PEMSEIS (programa de execução de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade do Rio Grande do Sul) apresenta uma síntese bem objetiva da importância da articulação dessas atividades:

[...]o período de cumprimento da medida não deve representar um recorte absoluto do socioeducando em relação à sua realidade. O reconhecimento da totalidade do sujeito e do seu protagonismo na construção de sua história deve ser fator presente em todo o processo de socioeducação. Para tanto, a equipe socioeducativa deve reconhecer sua incompletude e praticar ações vinculadas com a realidade sócio-comunitária, construindo e fortalecendo vínculos com entidades de atendimento voltadas à saúde, educação, profissionalização, lazer, cultura e de caráter social. (RIO GRANDE DO SUL, p.38-39, 2014)

O adolescente que tem a perda do convívio com a sociedade durante um período crítico de formação e construção da sua identidade tem consequências por toda a sua vida. É de responsabilidade da equipe de trabalho da instituição que estas atividades ocorram e que sejam adequadas à realidade dos adolescentes, sempre que possível colocando estes adolescentes como centro de suas escolhas e assim promovendo mais autonomia como consta no PEMSEIS:

Com o desenvolvimento destes aspectos, o caráter pedagógico da medida socioeducativa passa a contemplar, junto ao sujeito atendido, a construção da relação empática deste com todos os envolvidos no processo, promovendo sua responsabilidade e envolvimento genuíno com seu processo de inclusão social. (RIO GRANDE DO SUL, p.38, 2014)

Assim, a medida socioeducativa tem como objetivo preparar o adolescente para sua integração na vida profissional, a conclusão de seus estudos, tenha

oportunidades e uma vida digna e se reconheça como um sujeito de direitos. Não sendo resumido apenas ao seu ato infracional.

3.2. A escrita no projeto Virando a Página

O projeto “Virando a Página” é fruto de um convênio estabelecido entre o Programa de Educação pelo Trabalho (PET) do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS). A parceria entre o TRF4 e a FASE/RS iniciou em 2004, promovendo campo de estágio para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Dentro do programa estava prevista a realização de atividades pedagógicas, apoio psicológico e serviço social mas somente em agosto de 2010 houve a criação do projeto Virando a Página que consistia em oficinas semanais de escrita e leitura, primeiramente em um convênio com a UNIRITTER e alguns anos depois com os alunos que cumpriam o estágio obrigatório do curso de Licenciatura em Letras da PUCRS. Ao final de cada ano havia a publicação do livro com textos selecionados e revisados. Ao todo ocorreram seis edições, entre 2011 e 2016.

Para participar do projeto era necessário ter entre 16 e 18 anos, estar regularmente matriculado no ensino médio e com frequência comprovada. A FASE/RS era responsável por selecionar os adolescentes. Com contratos de trabalho educativo com duração de 4 meses e com cumprimento de 20 horas semanais os adolescentes recebiam uma bolsa auxílio de R\$180,00⁶ e vale transporte. Durante as 4 horas que os adolescentes permanecem no TRF4 a cada dia são desenvolvidas atividades administrativas e oficinas de cunho educativo/profissionalizante. Estas regras são esclarecidas no PEMSEIS:

O ECA define a profissionalização aos adolescentes/jovens adultos que cumprem medida socioeducativa de internação e semiliberdade como sendo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo, e que a remuneração recebida pelo trabalho efetuado ou pela participação na venda de produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo da atividade. (RIO GRANDE DO SUL, p.44, 2014)

O projeto Virando a Página sempre foi visto como um grande sucesso dentro da parceria do TRF4 e da FASE/RS. De acordo com Cláudia Barros, dirigente do

⁶ Valor referente ao ano de 2004, pode ter sofrido reajustes ao longo do tempo.

Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca) da Defensoria Pública do RS:

A importância do "Virando a Página" e do PET não é só de ordem emocional: os programas auxiliam na ressocialização dos apenados e desafiam a lógica de que jovens em situação de carência têm poucas chances de ascenderem de condição. (PORTAL UNIFICADO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4 REGIÃO , 2014)

Para Rosane Avila de Oliveira, organizadora do projeto e servidora do TRF4 o projeto é muito especial:

Hoje sabemos que a ideia transcende seu objetivo. No início a proposta era de propor a esses jovens uma revolução individual, íntima. Depois de todo esse trabalho, vemos que essas alterações se dão também em um âmbito social. (PORTAL UNIFICADO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4 REGIÃO , 2015)

Mostrando que para além de um projeto de escrita e leitura com adolescentes em conflito com a lei o projeto possibilitou um espaço de escuta e acolhimento, onde a cada oficina eles recebiam a oportunidade de expressar seus sentimentos, suas angústias, histórias de vida e projetar sonhos através da escrita. Conforme aponta Paes (2019) em seu artigo sobre oficinas de artes com adolescentes autores de atos infracionais:

Ao desenvolver atividades artísticas, sejam de leitura ou de criação de obras, acontece uma confluência entre os desejos de relação social do adolescente e o mundo real à sua volta. Ao se apropriar de complexos e múltiplos signos expressivos ele sente-se parte do mundo humano no sentido de se apropriar e ao mesmo tempo se comunicar com ele. Um processo interativo que vai no sentido contrário da violência e exclusão que, em geral, caracteriza a formação em geral dos adolescentes internos. (PAES, p. 27168. 2019)

Além de todo o desenvolvimento por trás da escrita e das potências desenvolvidas na prática, os adolescentes tinham a oportunidade de vivenciar a experiência de autografar seu livro publicado na feira do livro de Porto Alegre, conforme conta a adolescente M.P. (2015) "Nossos textos são desabafos e poder compartilhar eles é uma oportunidade privilegiada".

Estas falas demonstram na prática que a necessidade de projetos que engajem os adolescentes para algo que faça sentido a eles é de muita importância, conforme Craidy (2017) apresenta:

Pode-se afirmar que a mentalidade educacional não penetrou nas instituições de execução de medidas, nem nas suas estruturas nem nas relações que oportunizam aos adolescentes e aos trabalhadores. Houve, sem dúvida, avanços dos quais o mais significativo foi a implantação das medidas de meio aberto, mas mesmo estas ainda carecem em muitos casos da dimensão pedagógica na sua execução. Os trabalhos educativos se devem a atuações individuais ou de grupos engajados na socioeducação, mas não chegam a alterar a realidade do Sistema. (CRAIDY. 2017. p.87-88)

O trabalho educativo que é oportunizado aos adolescentes é muito importante mas não pode depender de setores que se aproximam da causa apenas em alguns lugares, o Virando a página, pode ter garantido bons resultados aos adolescentes de Porto Alegre, mas e os adolescentes que estão em outras cidades, estados? Estes não têm o direito de desenvolver a escrita e suas relações com os pares através da leitura e do compartilhamento se não surgir uma ação de algum grupo para suprir algo que deveria ser um direito garantido pela instituição.

3.3 As autoras e as trajetórias de vida narradas em seus textos

Conforme mencionado no capítulo da metodologia, o critério de seleção destes três textos dentro dos 256 documentos lidos para definição do escopo foi a presença de elementos autobiográficos das autoras.

Apresento os textos escritos por Dady Marley, em 2013; Sheron Ignácio, em 2016; e Jessica Fernanda, em 2015. Após cada texto, desenvolvo uma análise com minhas inferências e interpretações das narrativas autobiográficas escritas pelas adolescentes mostrando que algumas vivências que as adolescentes narram se entrelaçam de alguma forma.

3.3.1 BIOGRAFIA - DADY MARLEY

Em 05 de março de 1997 nasceu uma menina que cresceu em uma família pobre criada pelos avôs. Mesmo tendo os pais morando perto mal via eles. Se criou na vila no meio de malandro que tratava ela como irmã. Aos seis anos de idade viu sua mãe na cadeia e seu pai apanhar da polícia por andar tarde da noite bêbado nas ruas brigando com sua mulher. Aí se criaria uma menor revoltada... Mas o tempo passou. Não falava com sua mãe pelo desamor que ela tinha pela menor. Seu pai tinha outra família. Cada ano de idade que ela fazia era mais

um ano que seu pai tinha abandonado ela para viver outra vida. Mal eles sabiam que o destino não preparava coisas boas. Aos 9 anos teve que trabalhar, virar a noite para poder comprar material escolar. Desde nova teve muitas responsabilidades pois a convivência com sua avó não era boa. A velha sempre mandava ela ir embora e seguir sua vida.

Aos 12 anos ela conheceu um rapaz, primo do marido de sua irmã. Ficaram um tempo só namorando até que um dia sua avó pegou uma faca e mandou ela ir embora. Nessa época, já estava fumando maconha e cheirando umas carreiras de cocaína para ficar mais mulher e poder roubar e traficar nas esquinas. Tinha se criado na vila, no meio de malandro que tratava ela como irmã. Seu marido mal sabia que teria uma moça metida a malandra. Eles eram pra “todas caminhada”. Na real, ele tinha se dado bem, pegou uma novinha virgem que achava que sabia a malandragem do mundo. Mas o namoro não deu certo mais três anos eles se separaram.

Aos 15 anos ela voltou pra vila onde morava, com saudades das lembranças que tinha ao lado de um dos seus avós, que tinha falecido não fazia muito. Sem apoio dos parentes, ela morava sozinha na casa de um dos seus avós que estava trabalhando na praia. Ela que tinha de correr atrás de seu sustento, no começo ela tinha um dinheiro “baixado”, mas depois de um mês ela já não morava sozinha, pois sua irmã tinha brigado com o marido e ido embora para a casa dela com a filha. Aí apertaram as contas, já era mais duas bocas para comer e só ela que corria atrás do dinheiro. Acabou voltando para a vida do crime. Não demorou a “cair sua casa”, o assalto não deu certo e pela primeira vez já foi parar na FASE. (Virando a Página, 2013)

Neste texto podemos notar logo no primeiro parágrafo uma complexidade em sua família. Ela inicia a narrativa contando que morava com os avós desde muito pequena, sua mãe está presa e apenas com seis anos foi visitá-la. Esta passagem do texto sugere que a autora não chegou a estabelecer vínculo com a mãe e que a visita foi um evento isolado, ou seja, seus avós não a levavam com frequência ao encontro da mãe. O vínculo com o pai tampouco existe, o que a autora define como abandono e o atribui ao fato de ele ter formado uma nova família.

A inexistência de vínculo com seus pais é mencionada diversas vezes, indicando que esse afastamento causou sofrimento em sua vida, como no trecho “Não falava com sua mãe pelo desamor que ela tinha pela menor. [...] Cada ano de idade que ela fazia era mais um ano que seu pai tinha abandonado ela para viver outra vida.” (Marley, 2013). Chama a atenção que a menina se refira a si mesma na 3ª pessoa do singular ou como “menor”, o que sugere uma tentativa da autora de

distanciar-se dos episódios narrados e assim evitar reviver a sensação de abandono.

O texto segue apresentando dificuldades vividas pela adolescente no convívio com seus familiares, no trecho seguinte mostra que ela também vivia uma situação financeira difícil pois se vê obrigada a trabalhar com apenas 9 anos para comprar material escolar, este é o único momento que a escola é citada no texto.

Aos 12 anos ela relata ter se envolvido com um homem, cuja idade não é mencionada, mas se presume que era um adulto por elementos descritos posteriormente no texto. Quando sua avó descobriu, a expulsou de casa ameaçando-a com uma faca. Neste momento, ela foi morar em outro bairro, na casa deste homem, onde permaneceu por 3 anos, período do relacionamento. Vivendo com o que ela denomina de “marido”, passa a fazer uso de drogas, como maconha e cocaína para se sentir “mais mulher” e assim poder roubar e traficar para sobreviver.

No texto, ela se autodenomina “metida a malandra” justificando que cresceu na vila, muito próxima de pessoas que a consideravam irmã e poderia ensinar a ela o que era necessário para “se virar”. Neste trecho chama muita atenção que ela define o homem como “marido” e a si mesma como “novinha virgem”, pois fica evidente que era um homem adulto, que contava vantagem por estar se relacionando com uma adolescente. O texto também sugere que ela, que era a “metida a malandra”, acabou percebendo que não era tão malandra como supunha, indicando que a menina decepcionou-se ou sentiu-se enganada.

O modo como a autora aborda este episódio de sua vida explicita que a mesma não tem consciência de ter sido vítima de estupro de vulnerável, tampouco que o “marido” cometeu crime de pedofilia. De qualquer modo, sua experiência não é atípica, se considerados os dados que Silva (2020) sistematiza em seu estudo sobre meninas privadas de liberdade no sistema socioeducativo do Ceará. As participantes da pesquisa tiveram sua iniciação sexual entre 11 e 13 anos, o que a autora analisa: “A coabitação com namorado(a) ocorre após poucos meses, às vezes dias, o início do relacionamento. Essas uniões súbitas são nomeadas de casamento por elas: “o meu marido” ou “a minha mulher”. (Silva. 2020. p.83) e que por tratar com essas denominações os relacionamentos não é perceptível o crime de estupro de vulnerável.

O relacionamento durou 3 anos e logo eles se separaram. Aos 15 anos ela voltou para onde morava e relatou sentir saudades de um dos seus avôs que a criou

e que tinha falecido recentemente. Mais uma vez ela narra que não havia um bom convívio com seus familiares pois, sem o apoio deles, precisou ir morar sozinha e se sustentar. Ela conta que ainda tinha algum dinheiro guardado que dava para manter suas necessidades, mas logo em seguida surge uma irmã com sua sobrinha que não tinha onde morar pois havia se separado do marido, este é o único momento que a irmã é citada com proximidade. Ela a acolhe em sua casa mas a irmã não faz nada para ajudar a manter financeiramente, nesta situação difícil se vê obrigada a voltar para a “vida do crime”. Logo ocorre um assalto que não deu certo e ela se vê pela primeira vez privada de sua liberdade.

É marcante neste texto como essa adolescente viveu uma interrupção de sua infância, precisando tomar decisões e viver situações que não eram adequadas a sua pouca idade. Marcas como a distância de sua mãe que está privada de liberdade, o abandono de seu pai e a preferência por sua nova família, a convivência difícil com seus avôs, que acabaram assumindo essa responsabilidade, a fizeram precisar correr pelo mundo para sua própria sobrevivência. Abandonada por todos com apenas 12 anos, se refugia em um relacionamento com um homem mais velho que não a impede de usar drogas e nem de trabalhar com o tráfico. Após pouco tempo, ainda menor de idade, se vê sozinha novamente, mais uma vez abandonada precisa se virar de alguma forma para sobreviver. Como sobreviver sendo apenas uma adolescente de 15 anos sem ninguém? Desde os 9 anos já precisava fazer o seu “corre” para seguir estudando. Com 15 anos já havia passado uma longa vida de dificuldades, abandonos e mágoas. Este é um reflexo da falha de toda uma rede que deveria oferecer amparo e proteção para esta criança. Com uma infância interrompida, vivia uma vida de responsabilidades de uma pessoa adulta. Acaba por não compreender as negligências que lhe foram impostas por uma sociedade que invisibiliza crianças e adolescentes diariamente e talvez nunca tenha tomado ciência das diversas violências que lhe atravessaram ao longo da infância e adolescência.

3.3.2. MINHA HISTÓRIA DE VIDA - SHERON IGNÁCIO

Minha vida começou no dia 07/09/1999, mas da minha infância eu não lembro muito bem, só dos cinco anos para cima. Sei que nos meus cinco anos amava estudar. Passei na primeira, na segunda, na terceira, na quarta, na quinta, e na sexta série. Quando parei de estudar eu estava com 12 anos de idade, uma fase muito ruim da minha vida. E por quê? Meu pai faleceu. Foi

um choque para mim, por que eu era a filha mais nova e éramos muito apegados um ao outro.

Depois da morte do meu pai o relacionamento com minha mãe ficou muito difícil. Eu já não a escutava mais, não tinha limites para minhas loucuras. Então foi aí que eu comecei a frequentar festas, fumar, beber, sair quase todos os dias. Já não parava na casa da minha mãe, era uma menina de índole muito ruim, não escutava ninguém, não tava nem aí pros conselhos que minha mãe me dava.

Com 14 anos, eu estava usando cocaína e por isso minha mãe decidiu me internar numa clínica... enfim, uma chance de recomeçar a vida. Fiquei 21 dias internada, fiz muitas promessas que mudaria só pra ganhar a confiança da minha mãe de novo. Saí da clínica uns dias antes do meu aniversário e voltei a fazer tudo errado de novo.

Já com 15 anos eu e minha mãe nem nos falávamos mais, pois ela teve mais uma decepção na vida: eu, sua filha mais nova, estava me prostituindo para poder me alimentar e estava morando de favor na casa dos outros.

Isso fez com que eu parasse e pensasse no sofrimento que minha mãe passava ao me dar conselhos e eu não lhe dar ouvidos. Hoje penso pra frente, não com tanta certeza porque ainda estou na fase da adolescência, mas juro que farei de tudo para melhorar e um dia orgulho a minha mãe eu vou dar.

Essa é minha história de vida, um pouco sofrida, mas com sabedoria eu consegui dar a volta por cima!

Neste texto Sheron inicia uma apresentação de sua vida desde sua infância, gostava muito de estudar e sempre passava de ano, até a sexta série.

Aos 12 anos parou de estudar, o marco foi o falecimento de seu pai. Ela era a filha mais nova e era muito apegada ao seu pai, logo após o seu falecimento o relacionamento com sua mãe começou a se tornar mais turbulento. Não queria mais a ouvir e começou a viver situações que chama de “loucuras”, frequentava festas diariamente, bebia e fumava, não parava mais em casa. Sua mãe tentava lhe aconselhar mas ela não dava ouvidos, a todo momento ela se coloca como uma pessoa ruim e uma decepção a sua família usando termos como “menina de índole muito ruim”.

Aos 14 anos já estava consumindo cocaína então sua mãe decidiu interná-la numa clínica. Ela via como uma chance única de recomeço. Durante a internação fez diversas promessas para sua mãe que iria mudar e conquistar novamente a sua confiança, próximo de seu aniversário de 15 anos ganhou alta mas todas as promessas foram descumpridas. Acabou perdendo o contato com sua mãe pois “ela

teve mais uma decepção na vida”, estava se prostituindo para se manter e vivendo de favor na casa dos outros. Neste momento há uma virada no texto, pois no último parágrafo ela apresenta uma reflexão sobre o sofrimento que causou a sua mãe. Entende que ainda está na condição de ser uma adolescente que pode cometer erros mas projeta que fará de tudo para melhorar de vida e dar orgulho a sua mãe.

Neste texto mostra uma relação próxima da adolescente com sua família, apesar do falecimento de seu pai ainda na sua infância, ao longo do texto aparece diversas vezes que a sua mãe fez tudo que pode para tentar ajudar a filha. A todo momento ela se trata de forma inferior, como uma decepção a sua família, que não tinha uma boa índole e fazia muitas coisas erradas.

No momento da escrita havia uma consciência sobre seus atos e apresenta um arrependimento conforme a frase final que diz “Essa é minha história de vida, um pouco sofrida, mas com sabedoria eu consegui dar a volta por cima!” Não é mencionado se depois de ir para a FASE sua mãe retoma o contato com ela, mas ela dá indícios que quer esta convivência e que está disposta a fazer o que for possível para conseguir.

3.3.3 A DOR E A SAUDADE - JESSICA FERNANDA

Só quem é mãe sabe o que é ficar longe de seu filho(a). Eu sofri demais longe da minha filha, eu não conseguia me conformar com tanta decepção na minha vida. Quando eu era pequena perdi meu pai antes mesmo de o conhecer, mas eu não sinto falta de um pai. Deve ser porque eu nunca tive um. O tempo foi passando, eu fui crescendo e com o passar dos anos eu fui me envolvendo com um cara que pra mim era tudo. Eu não quis mais saber de estudar, eu não queria nada com nada, só mesmo ele do meu lado. Mas não se passou muito tempo, a minha mãe descobriu e ela queria me matar. Tentou de tudo pra eu não ficar com ele, mas não deu certo. Eu fugi de casa, pulei a janela e saí sem que ela desse a minha falta. Já estava com uma suspeita de gravidez e dias depois fui ao médico e ele disse que eu estava grávida. Fiquei feliz, mas ao mesmo tempo pensava na minha mãe. Ela quase morreu quando descobriu que eu estava com ele, imagina quando eu falasse que estava grávida. Não foi diferente do que eu pensei, ela tentou de tudo pra me afastar dele, foi na polícia, deu queixas, mas nada adiantou. Ela dizia: "é melhor você se afastar dele agora enquanto é cedo." Mas eu não dava bola porque na minha cabeça quem

iria me fazer feliz era ele e realmente eu estava feliz ao lado dele. Só queria a minha mãe do meu lado também... Até que um dia ela resolveu ir lá na minha casa me visitar. Eu fiquei feliz porque no meu pensamento eu achava que ela nunca mais ia querer me ver.

Tempos depois aconteceram coisas que nunca mais vão sair da minha cabeça... Foi quando aconteceu um homicídio, coisa que eu nunca imaginaria que fosse acontecer comigo e até hoje tenho aquelas cenas na cabeça. Tudo por um caso de um amor perdido.

Hoje me deparo com a perda da minha liberdade e da convivência com minha filha, coisas que nunca imaginei pra mim. E quando já estava fazendo cinco meses que eu estava presa minha mãe foi me visitar em uma data especial, no dia das mães.

Eu chorei muito e ela também, pois estava ali comigo minha mãe, meu irmão e minha irmã. Eles levaram a minha filha naquele dia e eu prometi que daquele dia em diante iria fazer tudo diferente ficando mais perto da minha mãe e lhe dando mais atenção, pois amigo de verdade não existe. A única pessoa que você pode chamar de amiga é sua mãe. Ela sim não vai te deixar sozinha em nenhum momento e agora entendo que tudo que ela falava era pro meu bem.

Neste texto Jéssica inicia seu texto utilizando uma frase que o diferencia dos demais textos apresentados neste trabalho: "Só quem é mãe sabe o que é ficar longe de seu filho(a)." Seguindo esta perspectiva de saudades de seus filhos ela começa a apresentar um pouco de sua história na perspectiva de filha, nunca conheceu seu pai e nunca sentiu a falta de ter um, sua mãe aparece diversas vezes ao longo do texto. Ao se envolver em um romance com um homem ela começou a deixar tudo de lado para viver este amor, a única menção aos estudos é neste momento quando ela conta que não queria mais saber de estudar por causa desse amor. Sua mãe não estava satisfeita com a situação, ela não aceitava o relacionamento, tentou de tudo para separá-los mas Jessica não aceitava as imposições de sua mãe e fugiu de casa. Em pouco tempo Jessica descobriu que estava grávida, ficou com muito medo de contar a sua mãe, mas estava muito feliz com a gravidez. Quando sua mãe descobriu, ficou desesperada, foi até a polícia denunciar, prestou várias queixas, mas não foi apresentado nenhuma vez quais os motivos levaram a mãe procurar a polícia, o que sugere que poderia se tratar de um

caso de aliciamento de menor.⁷ Em todo momento Jessica apresenta que enquanto a mãe não aceitava o seu relacionamento, para ela esse era o elemento mais importante de sua vida. Eles eram muito felizes juntos, ela não queria viver de outra maneira, queria apenas que sua mãe aceitasse e convivesse bem com todos.

Um dia sua mãe foi visitá-la, Jessica ficou muito contente, sempre achou que sua mãe havia desistido dela, essa visita era um sinal de paz entre elas. Mas logo tudo começou a mudar, no trecho seguinte Jessica relata que ocorreu um homicídio que atormenta seus pensamentos todos os dias, não é apresentado maiores detalhes sobre o caso, apenas uma frase: “Tudo por um caso de um amor perdido.”

No penúltimo parágrafo é apresentado uma reflexão do momento em que vive na FASE, se deparar com a perda da liberdade e conseqüentemente do convívio de sua filha a abalou muito, como ela diz: “coisas que nunca imaginei pra mim”. Cinco meses depois de estar privada de liberdade sua mãe foi a visitar no dia das mães, levou seus irmãos e também sua filha, que subentende-se que ficou sob a guarda de sua mãe. Ao descrever esse momento é apresentada muita emoção por estar vivendo esse encontro. Jessica conta que a partir daquele momento dará mais atenção a sua mãe e que fará tudo diferente, pois apesar de tudo que aconteceu e dos diversos desentendimentos com sua mãe ao longo do tempo, no momento de maior dificuldade e fragilidade ela estava lá apoiando. Jessica finaliza seu texto com uma reflexão: “A única pessoa que você pode chamar de amiga é sua mãe. Ela sim não vai te deixar sozinha em nenhum momento e agora entendo que tudo que ela falava era pro meu bem.”

Neste texto uma forte presença da mistura dos sentimentos da adolescente em ser mãe e sentir saudades de sua filha, com compreender como sua mãe se sentia perante as dificuldades de relacionamento delas. Apesar de tudo que foi narrado sobre a sua relação, a mãe se mostrou sempre presente, algo que ela reflete quando recebe a visita de sua mãe na FASE. Mais uma vez é marcante na história um relacionamento que modifica as histórias dessas adolescentes. Não é mencionado em nenhum momento do texto a idade que ela tinha em cada evento. Mas dado o contexto, sabemos que era uma adolescente menor de idade e o quanto uma gravidez na adolescência impacta a vida de uma mulher.

⁷ De acordo com o ECA, o Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Não é explicitado o que ocorreu com o seu companheiro, mas ele não é citado nenhuma vez após ela ir para a FASE. Apesar de ser uma adolescente, esta é uma experiência muito recorrente em mulheres adultas privadas de liberdade, onde seus companheiros nunca as visitam no presídio e as deixam abandonadas e sozinhas para lidar com esse momento de grande dificuldade e fragilidade. Seus filhos também são abandonados, caindo a responsabilidade novamente em outra mulher, no caso as avós.

Outra questão importante a ser apontada é a centralidade do relacionamento amoroso dessa adolescente, a maioria dos fatos narrados nessa história desencadeiam desse romance. Ele se tornou a principal motivação e tudo que existia ao seu redor não tinha tanta importância e poderia ser deixado de lado, como os laços familiares, a saída de casa, o abandono escolar e o ato infracional. É como se houvesse uma projeção de sacrifício onde para viver um grande amor é preciso abdicar de tudo e se dedicar inteiramente para que dê certo.

3.3.4 Os Entrelaces

Após a inferência e interpretação dos 3 textos apresentados podemos perceber que a vida dessas 3 adolescentes foram completamente diferentes, em épocas diferentes, cidades diferentes, sem deixar de citar um importante recorte de raça e classe, mesmo que não tenham sido descritos nos textos.

O primeiro aspecto que podemos descrever é a figura da mãe, ela aparece nos três textos e de três formas diferentes. No “Biografia” a mãe é apresentada como uma figura que abandonou a filha e está presa. No “Minha História de Vida” e “A Dor e a Saudade” a mãe aparece como uma pessoa que a todo momento quer salvar a filha de alguma questão grave mas a filha nunca quer ouvir. Em certo momento nos dois textos elas apresentam um sofrimento por compreender, depois de um tempo, que a mãe só queria o melhor para a vida de cada uma.

A figura do pai também é apresentada nos três textos, porém de uma forma diferente da apresentação da mãe. No “Biografia” o pai tem uma família nova que não convive com a adolescente, algo que já foi comentado, no subcapítulo anterior, que quando a mulher está privada de liberdade o companheiro se vê livre para encontrar uma nova esposa e continuar a vida, e os filhos acabam sendo direcionados para a casa dos seus avós, que neste caso, não queriam manter o

convívio com a adolescente também. No “A Dor e a Saudade” a figura do pai não existe, mas é citado mostrando que a ausência paterna causa marcas. No “Minha História de Vida” o pai é uma peça fundamental para a história, o falecimento do pai é o estopim para a virada na vida da adolescente que passa por um momento de muito sofrimento e incompreensão, o convívio com sua mãe se torna difícil depois desse acontecimento e ocorre toda uma cadeia de situações que a levaram até a FASE.

Outro tema presente nos textos é o uso de drogas. Em dois textos ele é um grande marco, pois está atrelado aos atos infracionais. No “Biografia” ela conta que usava maconha e cocaína para “ficar mais mulher e poder roubar e traficar nas esquinas” com apenas 12 anos. Precisava do consumo de drogas para se encorajar a fazer algo, que talvez não quisesse, pois era a única forma de conseguir dinheiro para sobreviver. No “Minha História de Vida” o uso de drogas é apresentado de outra forma, uma adolescente, que também tinha 12 anos, estava vivendo o luto pela morte de seu pai, começou a sair para muitas festas, nestes lugares começou a consumir bebidas alcoólicas e cigarros e depois cocaína. A mãe a internou em uma clínica para tratamento de dependentes químicos, ficou 21 dias internada e quando saiu voltou a fazer tudo de novo. Para manter esse vício acabou entrando para a prostituição até que chegou a FASE.

Outro tema recorrente nos textos é o relacionamento amoroso. O envolvimento romântico com um homem mais velho apareceu nos textos de duas adolescentes. Em ambos, são apresentados como romances avassaladores, que levam ao rompimento de vínculos familiares e à interrupção da trajetória escolar. Conforme Kehl (2008) apresenta o conceito de submissão feminina onde a mulher se opõe às ideias do sujeito moderno e se coloca na posição de domesticidade e uma vida predestinada somente ao casamento e à maternidade. Cabe destacar que estes relacionamentos influenciam decisivamente para a ruptura de vínculos familiares, a saída de casa, a interrupção dos estudos e o consumo de drogas ou envolvimento com o tráfico de drogas.

Essa centralidade dos relacionamentos amorosos na vida das meninas também foi encontrada nas narrativas de adolescentes privadas de liberdade no sistema socioeducativo do Ceará, conforme Silva (2020).

Em “Biografia” a avó da adolescente a expulsa de casa com uma faca quando descobre que ela está se relacionando com o “primo do marido” da irmã. Uma

passagem do texto sugere que o homem é um adulto, ao comentar que “ele tinha se dado bem, pegou uma novinha virgem que achava que sabia a malandragem do mundo”. A adolescente foi vítima de violência, uma vez que tinha 12 anos, que é uma idade enquadrada dentro da Lei 12.015/2009 como estupro de vulnerável. Ou seja, a adolescente sofreu violência duplamente: pelo homem e pela avó, que, ao descobrir o crime, penalizou a neta expulsando-a de casa, ao invés de denunciar o estupro.

No “A Dor e a Saudade” o relacionamento é visto com maus olhos pela mãe, ela faz de tudo para alertar que ela não pode se envolver com aquele homem, não é apresentado o motivo do desespero da mãe de afastar a filha desta pessoa. Ela está cega de amor, a mãe tranca ela em casa e ela pula a janela. A mãe presta queixas na delegacia contra ele e nada acontece. Ela engravida tão nova e se sente feliz com isso. A adolescente apresenta muitos comportamentos de uma dependência emocional conforme o trecho “Mas eu não dava bola porque na minha cabeça quem iria me fazer feliz era ele e realmente eu estava feliz ao lado dele.”

O último tema recorrente em todos os textos é a escola, ele é apresentado nos três textos, em “Biografia” a adolescente relata que aos 9 anos precisava trabalhar a noite para comprar seu material escolar. Em “A Dor e a Saudade” é citado rapidamente que ao se apaixonar, ela não quis mais saber de estudar. Em “Minha História de Vida” no início do texto a adolescente conta que gostava muito de estudar e sempre foi aprovada até a sexta série que coincide com a ocorrência da morte de seu pai.

Nos três textos são pequenas citações dizendo que um dia elas já estiveram na escola, mas nenhuma demonstra ter dado continuidade nos estudos, fica latente a percepção que a qualquer intercorrência na vida dessas adolescentes a escola era o primeiro lugar a ser abandonado. Há diversos fatores que podem levar as adolescentes a este pensamento, como, a escola não ser um local de pertencimento, um ambiente hostil, dificuldades de aprendizagem, fracasso escolar, fome, miséria. Conforme apresenta Dayrell:

Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe. (Dayrell. 2007. p.1106)

Quando nem os jovens e nem os professores conseguem enxergar um sentido naquilo que está sendo proposto dentro da escola, não sobram motivos para uma jovem que, acima de tudo, busca apenas a sobrevivência a todo custo dar seguimento aos seus estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar as narrativas autobiográficas produzidas por adolescentes inseridos no sistema socioeducativo através dos livros publicados pelo projeto Virando a Página tendo como objetivo geral compreender as narrativas autobiográficas escritas pelas meninas nas oficinas de leitura e escrita e como objetivos específicos, analisar os textos produzidos, conhecer as trajetórias de vida das adolescentes, identificar as marcas de gênero nas histórias.

Após a leitura de cerca de 250 textos publicados ao longo de 6 edições do livro Virando a Página, projeto de oficinas de escrita e leitura ofertado aos adolescentes da FASE que estagiavam no TRF4 de Porto Alegre, apenas 104 foram escritos por adolescentes do gênero feminino, menos de 50% do total. Quando olhamos para as estatísticas⁸ da presença de meninas na FASE encontramos menos de 15% em relação a quantidade de meninos. O número de presença destas adolescentes é tão baixo que surgiu a hipótese da dificuldade de existência de pesquisas utilizando o recorte de gênero. Durante o levantamento bibliográfico utilizando o SCIELO e o LUME com o recorte temporal de 2019 até 2023, com os descritores “socioeducação AND gênero”, ficou evidente a escassez de pesquisas que discutam a vivência das adolescentes em conflito com a lei. Durante os estudos para a fundamentação teórica ficou evidente que a história das mulheres marginalizadas pela sociedade é ocultada, e isso não é uma coincidência. As mulheres, independentemente da faixa etária, frequentemente são impostas a papéis secundários em suas próprias narrativas. Quando uma mulher se torna protagonista de sua própria história e decide expor para o mundo em palavras as suas vivências, ela se torna uma ameaça, conforme Audre Lorde cita “[...]a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de auto-revelação, e isso sempre parece estar cheio de perigos.”

Após selecionar 3 narrativas autobiográficas para compor esta pesquisa e aprofundar os estudos dentro da perspectiva da epistemologia feminista, ficou explícito que, mesmo sendo adolescentes com tão pouca idade, vivenciam situações semelhantes que mulheres adultas do sistema prisional já passaram. Com isso percebemos que meninas são obrigadas a amadurecerem mais cedo, em

⁸ números referentes ao mês de novembro de 2023.

comparação aos meninos, para aprenderem a lidar com situações cotidianas como a maternidade, os afazeres domésticos e se tornar provedora do lar.

Apesar do crescente número de pesquisas que abordam a temática da socioeducação, e a temática de gênero, separadamente, esta pesquisa evidenciou a necessidade de aprofundamento do recorte de gênero dentro do sistema socioeducativo. Não há possibilidade de considerar as vivências de meninos e meninas dentro de uma única perspectiva sem levar em consideração as marcas de gênero que o patriarcado reforça diariamente, seja dentro da FASE, seja antes de chegar até lá.

Fazer a escolha de desenvolver este trabalho acadêmico e ter a chance de mostrar a história e aprofundar sobre as dores, as vivências e os sentimentos que cada uma dessas adolescentes enfrentam é ampliar a voz de quem nunca foi ouvida. A leitura destes textos permite compreender a importância de atividades de letramento com meninas privadas de liberdade como um exercício de reflexão e elaboração de experiências dolorosas em suas trajetórias de vida. É humanizar pessoas que são vistas pela sociedade como não merecedoras de direitos básicos, mesmo que seja apenas uma adolescente de 12 anos.

Quando lemos os textos apresentados nesta pesquisa entendemos que há uma ruptura da infância destas crianças, algumas por necessidade, algumas por vontade própria. Nesse sentido, atividades de letramento que promovam a escrita de si no sistema socioeducativo podem ser uma estratégia para visibilizar as violações de direitos que as adolescentes viveram na infância tanto por negligência da família, quanto por omissão do Estado em seu dever compartilhado de garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, conforme prevê a legislação.

É sempre importante lembrar que o artigo 227 da constituição nacional nos apresenta:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988)

E com isso reforçar que é obrigação de todos assegurar uma infância e adolescência tranquila e respeitando o seu tempo, quando conhecemos essas

histórias que são vividas por diversas cidades do Brasil percebemos que falhamos e que continuamos repetindo os mesmos erros.

Não temos como saber o que veio a se tornar o futuro das adolescentes retratadas nesta pesquisa, mas temos a possibilidade de ocasionar alguma mudança em atividades educativas futuras no sistema. Quando compreendemos e estudamos esses assuntos, estamos trazendo para o centro do debate as falhas e as negligências que o Estado tem, como a proteção da infância e isso é fundamental para compreender que, como pedagogas e pedagogos, existe o compromisso ético e moral de garantir os direitos básicos de todas as crianças e adolescentes deste país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília, 2019.

TELLES, Camila Thomaz (ORG). **Virando a Página 2015**: coletânea de textos dos estagiários do PET. Tribunal Regional Federal da 4.a Região; Porto Alegre, 2015.

EGGERT, Edla; SILVA, Márcia Alves da; DELLA LIBERA, Aline Lemos da Cunha. **“Dos fios que se interpenetram na tecelagem: um conceito para os estudos feministas”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 2, e77384, 2022.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

MARTINS, Gilberto de Andrade e THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Bardin, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

FASE. Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. **Estatísticas**. Disponível em <https://www.fase.rs.gov.br/estatisticas> Acesso em 01 de novembro de 2023.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> . Acesso em: 17 nov.2023

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** 51º ed. São Paulo: editora Cortez, 2011.

GUIMARÃES, Raquel B. Junqueira. **Escrita de mulheres:** cotidiano, força e rebeldia(Apresentação). Scripta, Belo Horizonte, v.18, n.35, p.9-18, 2º sem. 2014.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil.** 5ª Edição. 2020. Disponível em <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Os desafios da escrita feminina na história das mulheres.** Raído-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD, v. 10, n. 21, p. 153-164, 2016.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico:** sabedoria prática. Editora Elefante, 2020.

CANDIDO, Antonio. **O Direito à Literatura e outros ensaios.** Coimbra: Angelus Novus, 2004. 288 p.

GODINHO, Ana Claudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Remição de pena pela leitura no Brasil:** o direito à educação em disputa. Paco e Littera, 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Governo do Rio Grande do Sul. Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul. / **PEMSEIS: Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul.** – Porto Alegre: SDH; FASE, 2014.

COSSON, Rildo. **Letramento literário:** teoria e prática. Editora Contexto, São Paulo, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Orientação Técnica DMF/CNJ nº 1**, de 04 de julho de 2022, sobre remição de pena pelas práticas sociais educativas. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/07/orientacao-tecnica-dmf-cnj-01-2022-remicao-de-pena-praticas-sociais-educativas-1.pdf>. Acesso em: 24 de nov. de 2023.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; PAIVA, Jane. **A leitura no espaço carcerário**. Perspectiva, v. 32, n. 1, p. 111-128, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília, 2012.

TRF4 na Feira do Livro: jovens da Fase que estagiam no tribunal autografam livro. Portal Unificado da Justiça Federal da 4ª Região. 2014. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=10550. Acesso em: 19 de out. de 2023.

TRF4 na Feira do Livro: jovens da Fase que estagiam no tribunal lançam livro. Portal Unificado da Justiça Federal da 4ª Região. 2015. Disponível em https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=11479. Acesso em: 19 de out. de 2023.

CRAIDY, Carmem Maria; SZUCHMAN, Karine. (Org.) **Socioeducação: fundamentos e práticas**. 1o ed. Porto Alegre: UFRGS. 2017.

PAES, Paulo Cesar Duarte. **Arte na educação de adolescentes autores de atos infracionais**. Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 11, p. 27613-27622, 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução nº 03/23** - Leitura e antecipação reavaliação. Disponível em:

<https://www.tjrs.jus.br/static/2023/12/Resolucao-no-03.23-Leitura-e-antecipacao-reavaliacao.pdf>. Acesso em: 26 de jan. de 2024.

SA-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano I, Número I, Julho de 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com>. ISSN: 2175-3423.

SILVA, Vitória Rodrigues. **“ENVOLVIDAS”**: A EXPERIÊNCIA SOCIAL DAS ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA PRIVATIVA DE LIBERDADE. 2020. Mestrado em Sociologia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

VIDAL, Alex da Silva. **TRAÇOS DE VIDAS JUVENIS**: rastros em escritas de jovens na Socioeducação. 2022. Doutorado em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2008.